

COMUNICADO

Uma outra preocupação dos fogos florestais que ninguém fala!

A APAS Floresta é uma Associação de Produtores Florestais, sediada no concelho do Cadaval, e entidade gestora de um grupo de certificação de cadeia de custódia/responsabilidade desde 2012, envolvendo 57 empresas de exploração florestal espalhadas pelo território nacional, dedicadas a trabalhos de exploração florestal.

Praticamente há 2 semanas estas empresas estão impedidas de trabalhar devido a sucessivos estados de alerta, emergência e mesmo de contingência do país, decretados por despacho de vários ministérios. Estados esses associados a aumentos anormais de temperaturas, que associados a um período anormal de seca que se vive tem agravado situação e aumentado o risco de incêndios florestais.

Entre outras medidas, foi decretada em todos estes despachos a proibição do acesso, circulação e permanência no interior dos espaços florestais, bem como a realização de trabalhos nos espaços florestais com recurso a qualquer tipo de maquinaria.

A suspensão dos trabalhos florestais não suspende o pagamento de segurança social, impostos diretos e indiretos e outros encargos, pagamento de seguros que neste sector são elevadíssimos, pagamento de empréstimos bancários contraídos pois o preço de uma máquina florestal pode ascender aos 400.000€, ou outros compromissos assumidos pelas empresas florestais.

A suspensão dos trabalhos nos espaços rurais de atividades como a exploração florestal não implica os trabalhadores irem para casa privados do recebimento das suas remunerações acordadas, uma vez que não existem receitas por parte das empresas para efetuarem os pagamentos aos seus trabalhadores.

Mas ninguém fala disto! Desde 11 julho com os sucessivos estados de suspensão dos trabalhos nos espaços florestais não se ouviu ninguém a falar sobre o impacto gravoso para estas empresas e o problema que vivem neste momento.

Mas na verdade o que representa a paragem de uma semana de trabalho para estas empresas?

Falando no grupo da APAS Floresta, **semanalmente** os custos fixos atendendo ao tipo de empresa podem variar entre os 5.000€ e os 35.000€ (desde pequenas empresas a médias empresas), custos que **obrigatoriamente** têm de ser pagos, independentemente das receitas que a empresa obtêm, que agora são **0€!!**

Neste momento vamos a caminhar para a segunda semana de paragem, com a constante incerteza do que vêm aí nos próximos dias. Bastará fazer umas contas para perceber o crescente prejuízo destas empresas e a incerteza que neste momento vivem. Algumas empresas já falam do risco da sua subsistência.

No passado dia 19 de julho, na renovação do último estado de alerta foi criada uma exceção. Permitiram trabalhos de recheira de madeira dos espaços florestais, ou seja, a retirada de madeira das matas que se encontra abatida e traçada, desde que essa retirada ocorra no período desde o pôr do sol até às 11h da manhã (períodos por norma mais frescos), com a obrigatoriedade de se avisar previamente os serviços da proteção civil competente.

Mas o problema do impedimento á realização da atividade destas empresas continua, pois nem todas tem madeira pronta a ser retirada do espaço florestal, e muitos tinham antes do início desta fase de suspensão dos trabalhos, mas devido aos incêndios a mesma foi consumida pelo fogo, aumentando o seu prejuízo uma vez que a maior parte já foi paga ao proprietário e não vão receber nada por ela pois deixou de existir!! E continuam a não poder trabalhar na verdade.

Mas afinal são estas empresas florestais responsáveis por quantas ignições? Que área já ardeu no país resultado de ignições envolvendo equipamento, máquinas ou até motosserras no nosso País?

Segundo os estudos publicados, de 2001 a 2021, a percentagem de ignições resultante deste tipo de equipamento não ascende os 0,1% e a área ardida resultantes das mesmas não ascende 1%.

As empresas não se opõem em nenhum momento a contribuir para a redução do risco de fogos florestais, mas além de os retirarmos de dentro da floresta, muitas vezes representam a presença nestes espaços e vigilantes até, com um papal até dissuasor de alguma atitude de terceiros com intenções criminosas, e mesmo assim são impedidos de trabalhar!

Temos estado a falar de empresas, mas na verdade estamos a falar de PESSOAS!

Quantos postos de trabalho estão envolvidos? Só no grupo da APAS Floresta, 57 empresas identificadas, falamos de 475 PESSOAS envolvidas diretamente. Para não falar de empresas indiretas, como os subcontratados, ou mesmo outras empresas ligadas ao sector florestal que trabalham na floresta que fazem disparar exponencialmente o número de PESSOAS envolvidas e afetadas por esta suspensão, passando-se a falar de **MILHARES DE PESSOAS**.

Ninguém se opõe em nenhum momento à existência de medidas que contribuam para a redução do risco de incêndio, e as empresas estão cientes disso e querem contribuir para isso pois vivem da floresta verde!!!

Alguém oiça estas empresas! É mais do que legítimo apelar urgentemente à tomada de medidas para proteção do setor e assim mitigar os graves prejuízos que esta situação acarreta, seja no domínio do apoio direto à tesouraria e/ou outras medidas diretas e indiretas à retomada da sua atividade.

APAS Floresta

21 julho 2022